

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.357.398 - BA
(2018/0228458-8)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : PEDRO SERGIO DA COSTA TEIXEIRA
ADVOGADOS : ANDREA SILVA RESENDE - DF030296
THALES ALEXANDRE PINHEIRO HABIB E OUTRO(S) -
BA049784
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

PEDRO SERGIO DA COSTA TEIXEIRA agrava de decisão que inadmitiu seu recurso especial, interposto com base no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, proferido na Apelação n. 2008.33.00.005873-0/BA.

Cuida-se de condenação à 2 anos e 6 meses de reclusão e 100 dias-multa, pela prática de sonegação fiscal (art. 1º, I, da Lei 8.137/90). A pena privativa de liberdade foi substituída por prestação de serviços e prestação pecuniária. O agravante, nas razões de pedir do recurso especial, suscitou, em preliminar, a "prescrição da pena em concreto" (fl. 637) e apontou a violação do art. 41 do CPP.

Assinalou: a) "a inépcia da peça vestibular" (fl. 638), que deixou de incluir o nome de outros agentes" (fl. 642); b) a "atipicidade da conduta", uma vez que "efetuiu transferência anterior das contas da sociedade da empresa a terceiros" e assim, não "poderia perpetrar o crime" (fl. 644) e c) a "tíbia da prova acusatória" (fl. 648). Busca "a nulidade do processo" (fl. 651).

A insurgência foi inadmitida no juízo prévio de admissibilidade, o que ensejou a interposição deste agravo, no qual a parte afirma não pretender o reexame de provas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do agravo ou por seu **não provimento**.

Decido.

O agravo é tempestivo e preencheu os demais requisitos de

admissibilidade.

Está correta a decisão agravada.

O dissídio jurisprudencial deixou de ser demonstrado de acordo com os termos do art. 255, § 1º, do RISTJ, que prevê: "Quando o recurso fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência com a certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicado o acórdão divergente, ou ainda com a reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, devendo-se, em qualquer caso, **mencionar as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados**" (destaquei).

O agravante limitou-se a transcrever ementas, mas não procedeu, minimamente, ao necessário confronto analítico entre os acórdãos que entendeu divergentes. Ilustrativamente: "é indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto **dos acórdãos recorrido e paradigma**, realizando-se o **cotejo analítico entre ambos**, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente, o que não ocorreu na espécie. (REsp 1642748/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 09/03/2017, DJe 20/04/2017)" (**AgRg no AREsp n. 1.027.408/SP, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, DJe 6/11/2017**).

Não bastasse isso, o insurgente indicou somente a violação do art. 41 do CP. Quanto aos demais tópicos do recurso especial, inclusive o relacionado à prescrição, deixou de mencionar quais dispositivos federais foram contrariados pelo aresto impugnado. **Incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 284 do STF.**

Ainda que assim não fosse, **não está caracterizada a prescrição**, pois a consumação do crime contra a ordem tributária em apreço ocorre com o lançamento definitivo do tributo, a teor do que prevê a Súmula Vinculante n. 24. Assim, a contagem do prazo prescricional se iniciou somente em 21/07/2003 e não transcorreu o prazo de oito anos até o recebimento da denúncia, no dia 29/4/2008 (fl. 531).

As instâncias ordinárias reconheceram que o réu, na condição de administrador **de fato** da empresa, suprimiu pagamento de tributos federais, mediante fraude.

O decreto condenatório está lastreado em provas documentais e testemunhas, relacionadas ao "procedimento fiscal [...], onde se observou o

contraditório" (fl. 534); documentos que comprovam a falta de condições financeiras dos sócios de fachada para adquirir as cotas sociais da empresa (fl. 536); "recibos apresentados pela Real Sociedade Espanhola de Beneficência" (fl. 537), que evidenciam a representação da empresa pelo réu, nos anos de 1996 a 1999; depoimento judicial do encarregado pelas informações contábeis da empresa (fl. 537).

A alteração das conclusões do aresto estadual implicaria em reapreciação dos acervos fático e probatório, o que encontra óbice na Súmula n. 7 do STJ.

Finalmente, em relação às considerações sobre o art. 41 do CP, o oferecimento de denúncia contra um acusado não exclui a possibilidade de ação penal contra outros, a depender do convencimento do Ministério Público. A jurisprudência é firme em assinalar que, "a superveniência da sentença penal condenatória torna esvaída a análise do pretendido reconhecimento de inépcia da denúncia, isso porque o exercício do contraditório e da ampla defesa foi viabilizado em sua plenitude durante a instrução criminal" (AgRg no AREsp 537.770/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 04/08/2015, DJe 18/08/2015)" (AgRg no AREsp n. 788.810/SP, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 22/11/2018).

À vista do exposto, **conheço do agravo para**, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **não conhecer do recurso especial**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator